

# | 948 | ENTRE A MARAVILHA E O CAOS: POLÍTICA URBANA, ORDEM PÚBLICA E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XXI.

*Rosemere Santos Maia*

## **Resumo**

Constatamos, desde o início dos anos 90, que uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano vem se impondo, de forma decisiva, em vários lugares do planeta. O Rio de Janeiro talvez seja exemplar para o entendimento desta nova dinâmica, num contexto em que as cidades passam a se constituir em locais privilegiados de articulação de interesses econômicos, tecnológicos e políticos, orientadas por uma visão estratégica em relação ao planejamento urbano. Neste sentido, são qualificadas enquanto mercadorias a partir dos insumos que detêm e que são valorizados pelo capital especulativo transnacional. Durante anos, a imagem do Rio de Janeiro foi maculada pelo crescimento da pobreza e pelo avanço da criminalidade e, em nome do restabelecimento da ordem e da segurança, vem se fortalecendo no contexto carioca o poder punitivo como modo de administração dos efeitos das políticas neoliberais sobre os segmentos populares, em que a desregulação social seria compensada pela expansão do “Estado Penal”. O Poder Público, nas suas diferentes instâncias, submete as políticas sociais à política de segurança, utilizando como discursos recorrentes e legitimadores de tais ações a necessidade de adequação da Cidade aos “novos tempos”, a busca pelo “restabelecimento da Ordem Pública em caráter permanente e duradouro” e o enfrentamento da desordem urbana a partir do “combate aos pequenos delitos, contribuindo decisivamente para a melhoria da qualidade de vida na cidade”.

**Palavras-chave:** Cidade, planejamento urbano, ordem urbana, pobreza, Estado Penal.

## **A título de introdução: Anos 90 -uma guinada no planejamento urbano.**

Vimos constatando, desde o início dos anos 90, que uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano impõe-se, a cada de dia e de forma mais decisiva, em vários lugares do planeta. No que se refere à realidade brasileira, o Rio de Janeiro talvez seja exemplar para o entendimento desta nova dinâmica, num contexto onde as cidades passaram a se constituir em locais privilegiados de articulação de interesses econômicos e tecnológicos, orientadas por uma visão estratégica em relação ao planejamento urbano. Segundo Carvalho (2006, 6), evidencia-se, desde então, a conformação de uma “nova geografia e uma arquitetura produtiva que tece redes e nós e qualifica e desqualifica espaços em função de fluxos mundializados”, produzindo impactos “sobre a morfologia territorial e social e sobre a organização e funcionamento dessas cidades, sobre a qualidade de vida urbana, as desigualdades e as mobilizações políticas e sociais”.

O que se persegue, nesse sentido, é a inserção de cada cidade no que se convencionou chamar de mercado mundial de cidades e, para tanto, coloca-se como fundamental o investimento em atividades vinculadas ao terciário avançado, assim como a descoberta e/ou reforço de elementos que expressem a vocação de cada uma delas, a sua marca, seu “diferencial” em relação às demais. (Maia, 2006, 63) A cidade, nesse sentido, é qualificada enquanto mercadoria a partir dos insumos que detêm e que são valorizados pelo capital transnacional, a exemplo do sugerido por Borja & Forn (apud Vainer, 2002b, 79). Tais insumos seriam, segundo os mesmos autores, todo um conjunto de infraestruturas e serviços capazes de atrair “*investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas ‘exportações’ (de bens e serviços, de seus profissionais, etc.)*”. (Borja & Forn, apud Vainer, 2002b, 80).

Gestores e empreendedores têm construído/reforçado e difundido uma marca em torno da Cidade do Rio de Janeiro que remete às belezas naturais, à cultura, ao lazer, aos esportes, aos grandes eventos internacionais – de caráter esportivo, ecológico ou cultural. Para tanto, tais agentes propõem, em parceria, políticas urbanas pautadas em intervenções excludentes, segregacionistas, claramente comprometidas com as demandas do capital, sem qualquer compromisso com aquelas colocadas legitimamente pelos cidadãos. Tanto é assim, que as áreas priorizadas pelos referidos projetos são aquelas detentoras de maior visibilidade e as que agregam equipamentos voltados para o turismo, para a cultura e o lazer, sendo capazes de atrair investidores nacionais e internacionais, bem como um público “qualificado”, principalmente os turistas. Diante de intervenções como estas, a paisagem da Cidade demonstra, claramente, sua adequação aos interesses dos grupos dominantes, conforme sugerido por Zukin<sup>1</sup>:

A paisagem é claramente uma ordem imposta ao ambiente – construído ou natural. Portanto, ela é sempre socialmente construída: é edificada em torno das instituições sociais dominantes (a igreja, o latifúndio, a fábrica, a franquia corporativa) e ordenada pelo poder dessas instituições. [...] Desse modo, a paisagem dá forma material a uma assimetria entre o poder econômico e o cultural. Essa assimetria

---

<sup>1</sup>Zukin, entretanto, considera possível a emergência de construções sociais que, ao contrário de denominadas paisagens, seriam tratadas como VERNACULARES, chanceladas pelos “sem poder”. (ZUKIN, 2000, 84). Reportando-se aos contra-usos passíveis de emergirem em espaços vernaculares, afirma LEITE:

As ‘táticas’, quando associadas à dimensão espacial do lugar, que as torna vernaculares, se constituem em um contra-uso capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado como de possibilitar que o espaço que resulta das ‘estratégias’ se cinda, para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam (Leite, 2004:215, grifos do autor).

de poder modela o sentido dual da paisagem. (2000, p 84)

Por outro lado, as iniciativas de renovação urbana que marcam a contemporaneidade trazem subjacente o discurso de “recuperação da história”, do patrimônio, pautando-se em elementos de ordem simbólica, e não material exclusivamente. Investe-se, assim, em espaços capazes de se constituírem em centros culturais e/ou de restabelecerem a vida a locais que, ao longo dos anos, passaram por processos de deterioração/obsolescência, induzindo a um movimento de “volta à cidade”, no sentido de requalificação/retorno à sua área central, em parte como decorrência do "reencontro glamouroso entre cultura (urbana ou não) e capital" (Arantes, 2002, 5).

O investimento na “imagem” das cidades também tem sido privilegiado pelos governos locais, conferindo-lhes não só um caráter de mercadoria, mas, igualmente, atribuindo um cunho empresarial às ações e programas que nelas desenvolvem. Com isto, tiram partido da positividade da imagem construída, relacionando-a às suas próprias ações e traduzindo-a em elementos como “respeitabilidade, qualidade, prestígio, confiabilidade, inovação”. (Harvey, 2001, p. 260) Assim, ainda segundo o mesmo autor, a “*competição no mercado da construção de imagens passa a ser um aspecto vital da concorrência entre as empresas (...), [servindo] para estabelecer uma identidade no mercado*”. (2001, 260)

Diante disso, a marca estabelece-se como o diferencial de uma cidade, sendo constituída a partir daquilo que ela apresenta como sua vocação - o turismo, os negócios, a cultura. Definem-se algumas especializações entre as cidades, ao mesmo tempo em que são tecidas relações de complementaridade e, paradoxalmente, de competição. (Maia eIcasuriaga, 2012, p. 6)Em última instância, o que se pretende é torná-las funcionais ao atual estágio do capitalismo, onde - da mesma maneira que se evidencia na produção - também o planejamento urbano é marcado pela flexibilidade, pela orientação pelo/para o mercado. Para Vainer,

O neourbanismo privilegia a negociação e o compromisso em detrimento da aplicação da regra majoritária, o contrato em detrimento da lei, a solução ad hoc em detrimento da norma. Mas a flexibilidade não é senão um dos elementos do novo modelo. A transposição de conceitos e métodos do planejamento estratégico empresarial, nascido na Harvard Business School, conduziu rapidamente a que as cidades fossem, elas também, pensadas como empresas, em competição umas com as outras. [...] E, já que a cidade é uma empresa, como tal deve ser conduzida. Por conseguinte, há de

ser entregue, sem hesitação e sem mediações, a quem entende de negócios: os empresários capitalistas. As parcerias público-privadas são a nova senha também nas cidades. (2011, 13)

O embrião dessa perspectiva “empresarial” e “mercadológica” se apresenta, no início da década de 90, na cidade catalã de Barcelona (que foi eleita, em 86, para sediar os Jogos Olímpicos de 1992). Segundo Sanchez, as publicações e documentos que condensam as principais diretrizes do modelo de planejamento urbano levado a termo naquela cidade apontam para *“um grande comprometimento das agências de cooperação e instituições multilaterais [como o FMI, a OMC, o Banco Mundial e a ONU] com a difusão dos chamados “modelos” e seu ideário”*. (2001, 32)

A velocidade de propagação do referido modelo de cidade, sobretudo em função do protagonismo das agências multilaterais de cooperação, associado à influência dos *experts* catalães, *“permite-nos o entendimento das conexões entre o chamado “pensamento global” e a ideologia neoliberal”*.(Sanchez, 2001, 32). As cidades, ao assumirem a qualidade de mercadorias, são tornadas fruto de uma estratégia global de produção do espaço.

Sob essa nova concepção de planejamento, as intervenções urbanas e os instrumentos elaborados para tal sustentam-se em propostas de *“revitalização”, “preservação”, “refuncionalização”, “competitividade”, “marketing urbano”* - discursos e práticas que camuflam e revelam tanto representações, quanto disputas materiais e simbólicas para sua efetivação, demonstrando pouca atenção/preocupação em relação aos desejos e demandas legítimos da maioria dos cidadãos. Os projetos que se apresentam - sobretudo aqueles voltados para as artes e a cultura, os esportes e o lazer -,além de *“mega”*, possuem um fabuloso apelo simbólico e convocam a população a um tipo de participação que poderíamos chamar de contemplativa ou, segundo Sanchez, a um *“patriotismo de cidade”* (2001).

Os meios midiáticos<sup>2</sup>, através da forma espetacular com que tratam o cotidiano e o processo de produção/renovação do espaço urbano, assumem um papel fundamental e

---

<sup>2</sup> Quando falamos de mídia, referimo-nos às empresas de comunicação de ampla difusão e alcance no território nacional e que reproduzem a ideologia hegemônica. Segundo Canclini,

Uma descoberta que se confirma em diversas pesquisas dos últimos anos é que a imprensa, o rádio e a televisão contribuem para reproduzir, mais do que para alterar, a ordem social. Seus discursos têm uma função de mimese, de cumplicidade com as estruturas sócio-econômicas e com os lugares comuns da cultura política. Mesmo quando registram manifestações de protesto e testemunham a desigualdade, editam as vozes dissidentes ou excluídas de maneira a preservar o status quo. (2002, p. 50)

estratégico no estímulo a essa forma de “participação”, sendo constantes as campanhas que, de maneira clara ou subliminar, incitam a população a uma adesão às políticas e aos projetos em curso na cidade, bem como difundem formas e usos adequados de determinados equipamentos urbanos. Para Sanchez, a “política de comunicação social, além de instrumento para a renovação urbana, visa a construir uma ordem urbana sob a qual as formas de viver a cidade que não se adaptem à cidade-pátria são interpretadas como “ingovernabilidade”, desordem.” (2001, 45).

Nesse novo momento das cidades, os projetos apresentados à população são, em geral, justificados a partir do legado que deixarão para as cidades: “Em troca do negócio, nos diz, vamos cuidar do meio ambiente, dos transportes, da questão social.[...] O legado, já sabemos de antemão: a socialização dos custos e a privatização dos benefícios. E cidades ainda mais desiguais e injustas.”(Vainer, 2011, 14) Em resumo: dívidas, desperdício de dinheiro público, dentre outros.

A legitimidade das propostas decorre, sobretudo, do recurso ao saber técnico produzido por “experts”, que são recrutados nas mais distintas áreas de saber:

Publicitários, consultores em marketing, produtores culturais, conselheiros em comunicação e pesquisadores de mercado são os agentes exemplares que emergem como figuras centrais associadas à gestão empresarial das cidades. Têm como missão dar forma mercadológica aos projetos políticos das coalizões com interesses localizados. (Sanchez, 2001, 40)

Bem sabemos que a justificativa de determinadas políticas ou intervenções urbanas a partir do acionamento de um saber técnico-científico não é novo na história da Cidade. Já na virada do século XIX para o século XX e, principalmente, sob o governo de Pereira Passos, entre 1902e 1906 - quando o que se propagava era a necessária adesão da Cidade a um projeto de modernidade (que podemos traduzir como sua assunção definitiva de um caráter capitalista)- a associação entre política e saber técnico-científico já era bastante comum (Rodrigues, 2009, 111).

Na contemporaneidade, práticas similares vêm se tornando cada vez mais frequentes, sobretudo aquelas que, em nome do restabelecimento da ordem e da segurança, contribuem para o fortalecimento do poder punitivo como modo de administração dos efeitos das políticas neoliberais sobre os segmentos pobres das sociedades. Wacquant (2001), embora desenvolva sua análise a partir da observação de sociedades ditas avançadas, alega

que, hoje, a maioria das intervenções urbanas não pode prescindir da lei e da ordem. Neste sentido, a desregulação social seria compensada pela expansão do Estado Penal, que pauta sua intervenção em intervenções sustentadas, prioritariamente, na repressão à criminalidade e no combate à violência, sobretudo nos grandes centros urbanos onde efeitos das políticas econômica e social em curso se apresentam de forma mais evidente.

### **A intolerância frente à desordem - o receituário da “tolerância zero” se espalha...**

Da mesma maneira que o neoliberalismo teve seus ideólogos e o modelo de planejamento estratégico das cidades foi gestado intelectualmente e difundido por alguns de seus mentores, a dita “política de tolerância zero” - cuja experiência pioneira foi levada a cabo por Rudolph Giuliani, prefeito de Nova Iorque entre 1994 e 2001 - pautou-se em ideias de William Bratton, ex-chefe da polícia Nova Iorque, além de Charles Murray, James Q. Wilson e George Kelling, que, segundo Wacquant (2001), foram autores de importantes textos que traziam elementos que dariam suporte à referida política. Em linhas gerais, o que eles preconizavam é que o mal deveria ser cortado pela raiz e, neste sentido, mesmo os pequenos delitos, as incivildades, tudo aquilo que perturbasse a ordem pública e os direitos do “bom cidadão” precisaria ser reprimido. O que sustentava tal pressuposto era a tão propalada “teoria da vidraça quebrada”, formulada por James Wilson em 1982, segundo a qual *“lutando passo a passo contra os pequenos distúrbios cotidianos é que se faz recuar as grandes patologias criminais”* (Wacquant, 2001, 25).

Fato é que grande parte das ações repressivas que foram empreendidas em Nova Iorque sob tal justificativa passaram a recair sobre a miséria: ou seja, verificou-se, paulatinamente, a criminalização da pobreza com a montagem de um aparato repressor policial a partir da liberação de *“um cheque em branco para perseguir agressivamente a pequena delinquência e reprimir os mendigos e os sem-teto nos bairros deserdados”* (Wacquant, 2001, 25);isto sem falar em outras medidas não menos polêmicas e coercitivas, como a paulatina *“mutação do welfare em workfare e a instituição do trabalho assalariado forçado para as pessoas ‘dependentes’ das ajudas do Estado”* ((Wacquant, 2001,43), disseminando-se, assim, a ideia de que na "excessiva generosidade" das políticas sociais estaria a origem da violência. Todas as práticas adotadas em termos de segurança em Nova Iorque visavam o atendimento a um objetivo principal: *“refrear o medo das classes médias e superiores - as que votam - por meio da perseguição permanente dos pobres nos espaços públicos (ruas, parques, estações ferroviárias, ônibus e metrô, etc.).* . (Wacquant, 2001, 26)

Para Bratton, chefe da polícia nova-iorquina de então, os inimigos a serem combatidos eram, prioritariamente, aqueles que abordavam os motoristas nos sinais de trânsito, os “pequenos passadores de drogas”, os vagabundos, os pichadores. Em suma, todos aqueles que não sabiam se comportar em público. Daí a necessidade de se restabelecer à maioria dos cidadãos a tão desejada “qualidade de vida” – traduzida na política de “tolerância zero”. Assim, o uso de aparatos repressivos por parte do Estado coloca-se como fundamental para fazer frente ao aumento da insegurança social, demonstrando que uma *“mudança em curso da assistência social para o tratamento penal da marginalidade urbana”* (WACQUANT, 2011, 4).

As práticas levadas a termo em Nova Iorque sob o nome de Política de Tolerância Zero – ou “Política de Qualidade de Vida” – acabaram por se globalizar, alcançando rapidamente alguns países europeus e chegando também à América Latina. No caso brasileiro, foi em Brasília, no governo de Joaquim Roriz, em 1999, que pela primeira vez se falou em “tolerância zero”, num momento em que a cidade estava sendo acometida por mais uma “onda” de crimes violentos. Entretanto, é no Rio de Janeiro que, desde 2009 – já sob a gestão do Prefeito Eduardo Paes e em função, principalmente, dos grandes eventos que a Cidade tem sediado e de outros que estão por vir -, que os discursos da segurança e da ordem pública assumiram centralidade. O referido ano, inclusive, foi marcado pela vinda de Rudolph Giuliani à Cidade e pelos elogios que fez às forças de segurança do Rio durante encontro que teve com autoridades representantes do Governo do Estado e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Tal qual ocorrido em Nova Iorque, o que constatamos, desde então – o que também não é inédito em nossa história -, é a realização, pela burguesia e por seus representantes políticos, da *“contenção da pobreza por meio da criminalização dos pobres”*, conforme nos diria Menegat (2008, 155).

### **Rio de Janeiro:Cidade Maravilha, da desordem e do caos – a adoção de medidas repressivas para enfrentamento do caos urbano**

Pobres, negros, favelados têm sido, neste sentido, os alvos preferenciais das investidas dessa “política de tolerância zero” que vêm grassando, com vários matizes, na Cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, governos estadual e municipal (e, quando “convocado” também o federal), cada vez mais articulados, submetem as políticas sociais

(sobremaneira a de assistência social e a de habitação) à política de segurança pública. Sendo esta última de competência estadual, não é a toa que, no âmbito municipal, ela terá uma “versão adaptada” – qual seja, de “ordem pública” - organizada a partir da SEOP, Secretaria Especial da Ordem Pública, não por acaso criada em 2009, já na gestão do atual prefeito da Cidade. Tal Secretaria apresenta-se como *“um órgão regulador e fiscalizador da atividade econômica, das posturas municipais e regulamentador do uso do espaço público”*, tendo com missão *“ordenar os espaços públicos do Rio de Janeiro fazendo valer as legislações municipais e o Código de Postura da cidade”*.<sup>3</sup> Os resultados que busca, a partir das suas ações, são bastante parecidos com aqueles postulados por Giuliani, durante sua gestão na prefeitura de Nova Iorque:

- ✓ Avançar no restabelecimento da Ordem Pública em caráter permanente e duradouro
- ✓ Contribuir para melhora da conservação dos espaços públicos
- ✓ Garantir o uso do espaço público de forma segura
- ✓ Pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa cidade.<sup>4</sup>

Fica patente, a partir da leitura dos resultados perseguidos e das intervenções realizadas, que enquanto a Medicina Social, com suas práticas higienistas, dava sustentação às intervenções urbanas e aos recortes estabelecidos em termos de prioridades às políticas públicas /sociais na virada do século XIX para o XX, em nome da modernidade vislumbrada para a Cidade, na contemporaneidade é ele - o discurso da lei e da ordem - quem traça os caminhos, inclusive em termos de política urbana, para a Cidade do Rio de Janeiro do Século XXI.

Na gestão anterior - do Prefeito César Maia -, algumas das ações já haviam sido esboçadas. Com sua visão mais “engenheira”, Maia esteve à frente da gestão da Cidade em meados dos anos 90 e voltou no início dos anos 2000 para cumprir mais dois mandatos, onde realizou intervenções urbanas centradas em obras voltadas para o embelezamento, principalmente da Zona Sul, a mais elitizada do Rio, além de “dedicar-se” ao programa Favela-Bairro, provendo algumas favelas de equipamentos urbanísticos “básicos”, como ruas

---

<sup>3</sup><http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=94564>

<sup>4</sup> Tais resultados também se encontram expressos no site da SEOP:

<http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=94564>

e acesso aos morros. A “ordem urbana” também esteve dentre as suas iniciativas: medidas de segurança, ordenação do comércio ambulante, com a criação de “camelódromos”, definição de locais próprios para estacionamento, retirada de população de rua, dentre outras.

O ano de 2009, contudo, foi um marco para a Cidade e Paes inaugurou um momento singular em se tratando de Política Urbana e, mais que isso: de “articulação/submissão” de outras políticas públicas/sociais a ela. Esse foi o ano em que a Cidade do Rio de Janeiro – eleita Cidade Olímpica –deu passos mais largos em direção à consolidação da reforma urbana em curso, fazendo com que os tão aguardados investimentos públicos e privados começassem a se efetivar e dando “patriótica” legitimidade às políticas urbanas em desenvolvimento. (Maia eIcasuriaga, 2012, p. 9)

Desde então, a Cidade foi agraciada com alguns títulos como de “Melhor Destino Gay do Mundo”, de “Patrimônio Cultural da Humanidade” – na categoria “Paisagem Cultural”-, títulos estes que só ajudam a ratificar a imagem que já vem sendo lapidada pelo prefeito no sentido de atrair um público consumidor cada vez mais qualificado e diversificado para a Cidade. Além disso, também sediou uma série de eventos de porte, sendo o último deles a Rio +20 - a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Entretanto, apesar de todos os “louros” recebidos pela Cidade na última década, sua imagem ainda não conseguiu se desvencilhar totalmente da violência que, desde os anos de 1980, com a escalada do tráfico de drogas, tanto a maculou. Não é a toa que este primeiro mandato de Paes – que será sucedido por um segundo, já definido pelos eleitores no processo eleitoral ocorrido em outubro de 2012 – tem sido marcado pelo discurso da lei e da ordem. Ainda que não seja de sua competência o enfrentamento do tráfico e das milícias (outra modalidade de criminalidade que se espalha pela cidade), Paes tem concentrado grande parte de seus “esforços” na tentativa de “organização do espaço público” a partir da adoção de medidas repressivas, de cunho policialesco.

Embora seus alvos preferenciais sejam, como já mencionado anteriormente, as “classes perigosas” – a população em situação de rua, os ambulantes, os “flanelinhas”, os usuários de crack (já vulgarmente qualificados de “cracudos”), algumas ações têm sido dirigidas a outros segmentos: os motoristas que estacionam seus carros em locais

proibidos;os “mijões” (aqueles que urinam em locais públicos, ainda que a cidade não disponha de banheiros químicos suficientes, sobretudo durante grandes eventos, como carnaval ou outros grandes espetáculos). De alguma forma, é como se a ordem precisasse se impor a todos. A única diferença é que, para os mais pobres, o ônus é muito maior, já que pode significar cerceamento de direitos.

O “choque de ordem” - marca de seu governo, tem provocado uma série de situações polêmicas, como a que se refere ao recolhimento dos usuários de drogas ilícitas (inclusive crianças e adolescentes) e a seu encaminhamento para abrigos. Em 2011, por exemplo, muitas organizações da sociedade civil e entidades profissionais (incluindo o CRESS - Conselho Regional de Serviço Social) manifestaram-se totalmente contrários à medida adotada pela SMAS nesse sentido, sobretudo pelo fato de que ela privilegia a repressão em detrimento da prevenção, negligenciando princípios que, em se tratando de aplicação de medidas de proteção a crianças e adolescentes, encontram-se tão claramente expressos no ECA: seu reconhecimento enquanto cidadãos de direitos; a necessidade de proteção integral e prioritária dos direitos de que são titulares; o respeito à intimidade e ao seu interesse superior; intervenção mínima das autoridades e instituições; prevalência da família na promoção de seus direitos e na sua proteção, dentre outros.

Em torno da internação compulsória de adultos dependentes de crack - projeto que vem sendo defendido pelo prefeito Eduardo Paes e encampado pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha - ainda não há consenso, tampouco amparo legal. Segundo Promotores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o recolhimento de maiores de idade usuários de drogas, feito pela prefeitura do Rio, é inconstitucional, conforme descrito abaixo:

Para o MP, as medidas de remoção compulsória de adultos atualmente não têm fundamento legal, e o município reconheceu isso quando assinou um termo de ajustamento de conduta (TAC), em maio de 2012. Os promotores ressaltam que só é possível privar de liberdade alguém que seja apanhado em flagrante delito ou se há laudos técnicos que comprovem a necessidade de internação. O MP também contesta as averiguações criminais pelas quais o morador de rua passa, o que representa um constrangimento. (Ritto, 2012)

**Figura 1:**



Agente municipal detém um usuário de crack em operação da Secretária Social do Rio de Janeiro (Ricardo Moraes/Reuters) - <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/mp-diz-que-recolhimento-de-usuarios-de-crack-em-abrigos-e-inconstitucional>

O crack - ou qualquer outra droga ilícita - funciona assim como um pretexto para legitimar a atuação repressiva do governo municipal através das suas diferentes secretarias (no caso, SEOP, SMAS), sendo auxiliados, inclusive, por outros órgãos municipais - inclusive a Companhia de Limpeza Urbana - (que, durante as operações, responsabiliza-se por coletar os pertences dos usuários recolhidos) - uma verdadeira “operação de guerra” visando remover toda a sujeira da cidade - ou melhor, das áreas de maior visibilidade. Para tanto, tais operações costumam contar com o apoio da mídia, que não se cansa de propagandear os efeitos nocivos do crack - o que seria muito bom, se fosse só isso - mas que, para além, associa-o quase que diretamente aos segmentos que maculam a imagem que se pretende atribuir à Cidade, ao mesmo tempo em que arregimenta “simpatizantes” das medidas higienistas atualizadas na história do Rio de Janeiro. Assim, legitima-se uma intervenção que encara o problema do crack “como algo da área da segurança pública, e não da assistência social”, conforme sugerido por Rogério Pacheco Alves, da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania. (Ritto, 2012).

O “Choque de Ordem” também tem sido contundente em relação aos ambulantes. Na Zona Sul e no Centro da Cidade, principalmente, há ações que ocorrem diariamente, em vários momentos do dia. O fato de se exercer tamanha repressão sobre o

comércio ambulante nos leva a concluir que, na atual gestão, não existe qualquer tipo de preocupação com políticas de geração de emprego e renda numa fase do capitalismo em que se torna cada vez mais nítido que a questão do desemprego se apresenta com um caráter estrutural, afligindo, inclusive, os países desenvolvidos. Referindo-se aos novos modos de ser da informalidade – e caracterizando uma primeira modalidade tradicional, que remeteria a uma categoria que envolveria os ambulantes, afirma Antunes:

Nesse universo encontramos "os menos 'instáveis', que possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho e, na grande maioria dos casos, desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços", de que são exemplos as costureiras, pedreiros, jardineiros, **vendedor ambulante de artigos de consumo mais imediato**, como alimentos, vestuário, calçados e bens de consumo pessoal, **camelôs**, empregado doméstico, sapateiros e oficinas de reparos. [...] Esses trabalhadores mais "instáveis" podem inclusive ser subempregados pelos trabalhadores informais mais "estáveis" (2011, 408)

A criminalização dos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho não é capaz de, por si, "incentivá-los" ao reingresso à formalidade – até porque isto não depende de vontade individual. Além disso, significa desconsiderar o paradoxo presente na própria situação vivida por muitos trabalhadores informais, sobretudo os ambulantes, conforme nos demonstra Tissi,

O processo e as condições de trabalho no comércio ambulante atestam que inclusão e exclusão não são pólos antagônicos. [...] Neste sentido, os vendedores ambulantes inserem-se numa extensa trama detrocas sociais de diversos tipos e qualidades, o que não permite qualificá-lo somente como espaço de exclusão. É buscando integrar-se economicamente, buscando meios desobrevivência e reproduzindo-se como trabalhadores que acessaram o comércio ambulante;constituem-se na identidade de trabalhadores e provedores da família, o que lhes confere adignidade e o respeito na rede de relações pessoais, incluindo familiares, amigos, vizinhos. Ainda que dentro de limites estreitos, a inserção no comércio ambulante é possibilidade de autonomia, de decisão e gestão das próprias vidas (2000, 78-79)

Figura 2:



Choque de Ordem: Depósito clandestino com materiais de vendedores ambulantes foi “estourado” na Rua Dois de Dezembro, 65, no Catete. <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=30396460>

Quanto às práticas levadas a termo pelo Estado em relação aos segmentos sociais aqui referidos, constatamos um enorme retrocesso frente a tudo o que se conquistou, desde 1988, no que se refere aos direitos sociais. No que tange à assistência social, o fato dela ter sido reconhecida como direito e afirmada no conjunto das políticas públicas, a partir da constituição de 1988 e, especialmente, após a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, deixa claro que ainda permanece um abismo enorme entre o marco legal e a possibilidade de sua efetivação. Conforme avalia Yasbek,

na árdua e lenta trajetória rumo à sua efetivação como política de direitos, permanece na Assistência Social brasileira uma imensa fratura entre o anúncio do direito e sua efetiva possibilidade de reverter o caráter cumulativo dos riscos e possibilidades que permeiam a vida de seus usuários (2004, 26).

As questões que vimos problematizando até então têm nos despertado a atenção para os visíveis impactos das ações intervenções aqui descritas sobre três bairros contíguos, situados na Cidade do Rio de Janeiro – quais sejam, **Lapa, Glória e Catete**:

A Lapa é um bairro da área central da cidade do Rio de Janeiro, cuja condição oficial de bairro foi estabelecida em 17 de maio de 2012, pela Lei Municipal 5.407. Até então, a Lapa era parte do Centro. É um bairro conhecido como berço da boemia carioca e, durante anos, sua imagem esteve associada à prostituição, à malandragem. Grande parte de sua arquitetura, edificada na época do Brasil Colonial, é importante referência para a área. Seus arcos, que serviram como aquedutos e, até bem pouco tempo, foram utilizados para o tráfego de bondes que se dirigiam ao morro de Santa Teresa, é o símbolo mais conhecido do bairro, ainda que outras edificações, como o Circo Voador e a Fundação Progresso, também sejam importantes referências arquitetônicas e culturais da área.

A partir da década de 90, principalmente, com o movimento de valorização do Centro, a área passou por um processo de “revitalização”<sup>5</sup> e vem se tornando um importante espaço cultural da Cidade, apesar de poucos investimentos por parte do Poder Público em termos infraestruturais. Nos últimos anos, tem havido um crescimento da população fixa do bairro (novos moradores) além de uma procura cada vez maior por parte de turistas, que, em busca das diversas expressões musicais/culturais lá presentes transformam-no numa “Lapa de todas as tribos”. O chamado “Choque do Ordem” lá sempre se faz presente, seja na abordagem a motoristas que estacionam irregularmente, seja na “formalização” das atividades informais, através da padronização de barracas, seja na perseguição aos vendedores ambulantes, seja no recolhimento compulsório de “crianças e adolescentes” usuários de drogas.

---

<sup>5</sup> É importante que se esclareça que a Lapa nunca foi um bairro “sem vida”, o que justificaria, em termos “conceituais”, revitalizá-la. Entretanto, o sentido de revitalização urbana refere-se à apropriação cultural e econômica de espaços e imagens das cidades com o objetivo de atribuir novos usos e sentidos a um lugar, detendo, não raras vezes, um caráter segregador e higienizador. Em geral, as “políticas de revitalização urbana” induzem à reapropriação desses espaços por outros sujeitos, em geral mais “qualificados” -leia-se turistas e investidores.

Figura 3:



<http://virusplanetario.wordpress.com/tag/choque-de-ordem/>

Glória e Catete, por sua vez, são bairros que já tiveram seus dias de glamour, pois lá residiu, por décadas, a burguesia carioca. O Catete, inclusive, abriga o prédio que foi, por décadas, residência oficial da Presidência da República, antes da transferência da Capital para Brasília, e onde ocorreu o suicídio de Getúlio Vargas. Com casarões imponentes, com hotéis onde se hospedaram visitantes ilustres, tais bairros amargaram anos de decadência e, hoje, são marcados por uma heterogeneidade de classes, por favelas recentemente pacificadas, por população em situação de rua, por ambulantes em suas calçadas, por usuários de drogas nas esquinas e por uma tentativa ferrenha da Prefeitura, em nome da imagem de Cidade perseguida, de ordenar o espaço urbano.

Além disso, constata-se um crescente interesse por parte da iniciativa privada – cujo pontapé inicial foi dado pelo empresário Eike Batista, com a aquisição da concessão da Marina e da compra do Hotel Glória –, de investir na localidade, o que tem feito disparar o preço dos imóveis (um aumento de cerca de 200%, segundo estimativas do Sindicato de

Habitação do Rio -SECOVI-Rio), expulsando, direta ou indiretamente, antigos moradores da localidade. O grupo comandado pelo referido empresário (o EBX) investe, ainda, no projeto de “Corredor Cultural da Glória, que pretende transformar o morro da Igreja de Nossa Senhora da Glória numa espécie de Montmartre Carioca” (Schmidt, 2012, p2, Rio), que abrigará artistas, floristas e músicos, dando um ar francês ao bairro. Durante os Jogos Olímpicos de 2016, as competições de vela ocorrerão na Baía de Guanabara - mais especificamente na Praia do Flamengo/Enseada de Botafogo -, enquanto as de atletismo, ciclismo, marcha e maratona terão lugar no Aterro do Flamengo, daí a necessidade de se investir nos bairros em foco para prepará-los para receberem seu público.

### **Notas inconclusas, pois espetáculo urbano continua...**

Diante do que foi discutido, o que se constata é que o discurso recorrente e legitimador da política que marca o contexto carioca sustenta-se em “operações”/intervenções encaminhadas de maneira que a “sujeira” (tudo aquilo considerado capaz de macular a imagem de cidade perseguida) vai sendo empurrada para debaixo do tapete. Muitas destas ações são legitimadas pelo potencial que detêm de atração de investimentos voltados ao terciário avançado, bem como pela possibilidade de restabelecerem “vida” a locais que, ao longo dos anos, passaram por processos de deterioração/obsolescência.

A “cultura”, em certa medida, se transforma em instrumento de seleção urbanística e de “gentrificação” de espaços urbanos reconvertidos - na verdade, um instrumento de exclusão e habilitação de determinadas áreas da cidade -, razão pela qual se investe num alto padrão de vigilância que, para além da função da segurança, volta-se claramente para a seleção social de usuários ou consumidores (Icasuriaga, 2005, p.68). Assim, as reformas urbanas promovem segregação e hierarquização dos espaços, aprofundando a especulação imobiliária que expulsa antigos moradores - os mais pobres, obviamente - de determinados bairros. Fica claro, destarte, que o que se busca é o enobrecimento de áreas de grande interesse para o capital. Não é nada casual o fato de se constatar um acelerado investimento nestes locais, diante da proximidade dos megaeventos esportivos que estão por vir. Além disso, ordem, controle e vigilância dos espaços públicos passam a ser, assim, o mote das ações que evidenciam que o que se vislumbra é o combate aos pobres, e não à pobreza. Enfim, megaprojetos, cuja “maravilha” é duvidosa, aprofundam as contradições que teimam em marcar o “cenário” da Cidade Maravilhosa.

## Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, Ricardo. 2011. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social e Sociedade*, 107, 405-419.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. 2000. Uma estratégia fatal - cultura nas novas gestões urbanas. In: MARICATO, H, VAINER, C.& ARANTES, O. *A cidade do pensamento único - desmanchando consensos*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. 2002. Cultura e transformação urbana. In: Pallamin, Vera M. (org.) *Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade.
- CANCLINI, Néstor Garcia. 2002. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, Campinas, vol. III, 1, 40-53.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. 2006. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil, *EURE* (Santiago), vol.32, 95, 5-20.
- HARVEY, D.2001. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Edições Loyola.
- ICASURIAGA, G. Lema. 2005. Fim de linha: transporte e segregação no Rio de Janeiro, PGSS/UFRJ, Tese de doutorado.
- LEITE, Rogério Proença. 2004. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, Ed. Unicamp.
- MAIA, Rosemere. 2006. Políticas urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca de competitividade no "mercado mundial de cidades". In GOMES, Maria de Fátima Cabral M. *Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas - a questão do comércio ambulante em tempos de globalização*. Rio de Janeiro, DP&A: FAPERJ, 62-78
- MAIA, Rosemere. e ICASURIAGA, Gabriela M. L. "Cidade Maravilha, purgatório da beleza e do caos" - Globalização e Política Urbana no Rio de Janeiro no limiar do século XXI. *Actas do VII Congresso Português de Sociologia* [Em linha]. Disponível

em:[http://www.aps.pt/vii\\_congresso/?area=016&tipo=atas1](http://www.aps.pt/vii_congresso/?area=016&tipo=atas1)[Consult. 17 de setembro de 2012].

MENEGAT, M. 2008.Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? *Praia Vermelha*, n° 18, Rio de Janeiro, UFRJ,146-177

RITTO, Cecília. Para o Ministério Público, recolhimento de adultos usuários de crack é inconstitucional[Em linha]. Disponível em:<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/mp-diz-que-recolhimento-de-usuarios-de-crack-em-abrigos-e-inconstitucional>[Consult.10 de novembro de2012].

RODRIGUES, Antonio Edmilson M.História da Urbanização no Rio de Janeiro. A cidade:capital do século XX no Brasil. In CARNEIRO, S. de Sá e SANT'ANNA,, M. J. G. *Cidades, olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009. p 85-120

SANCHEZ, Fernanda. 2001. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, 16,31-49.

SCHMIDT, Selma. Tempos de glória para a Glória. [Em linha]. Disponível em:Jornal *O Globo*, 26/08/2012, Rio,2.

TISSI, Maria Cristina. 2000.Deficiência e trabalho no setor informal: considerações sobre processos de inclusão e exclusão social. *Saúde e Sociedade*, v.9 n.1-2 São Paulo jan./dez.

VAINER, Carlos B. 2002a. As Escalas do Poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPUR/UFRJ/* ano XV, 2.

\_\_\_\_\_.2002b. Pátria, empresa e mercadoria - Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único - desmanchando consensos*. Petrópolis, Editora Vozes, 75-104.

\_\_\_\_\_.2011.Prefácio. In MASCARENHAS, Gilmar;BIENENSTEIN, Glauco e SANCHEZ, Fernanda. *O jogo continua. Megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 9-15.

WACQUANT, Löic. 2001. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro, Zahar.

YAZBEK, Maria Carmelita. 2004. As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 77. ANO XXV. São Paulo: Cortez. 11 - 29.

ZUKIN, Sharon. 2000. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In ARANTES, Antonio Augusto (org). *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus.